

AS DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: FOCO NO AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniece Afonso de Souza¹

Secelania Neves²

Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina³

RESUMO

A Educação Especial constitui uma modalidade de ensino destinada a estudantes com deficiências sensoriais, intelectuais ou motoras, bem como àqueles com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Amparada por dispositivos legais que asseguram o direito à educação de qualidade, tem como finalidade promover o desenvolvimento intelectual e escolar por meio de currículos especializados e práticas pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, este ensaio teórico tem como objetivo discutir as dificuldades presentes na Educação Especial, com foco no Autismo e no Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando os principais desafios enfrentados na educação infantil e no processo de inclusão. No contexto do TEA, a Educação Especial prevê estratégias específicas de ensino, associadas ao suporte terapêutico e à participação da comunidade escolar, exigindo cooperação entre docentes, famílias e profissionais especializados para adaptação do ambiente educacional, respeito à diversidade e consideração dos ritmos de aprendizagem. Apesar desses avanços, persistem desafios significativos, como insuficiente capacitação docente, necessidade de adaptações pedagógicas e ambientais, rigidez de rotinas, dificuldades comunicacionais e interativas, além da escassez de recursos adequados. Torna-se, assim, essencial o aprofundamento teórico e prático dos educadores sobre o TEA, a fim de garantir suporte individualizado e efetiva inclusão escolar.

Palavras-Chave: Educação Especial, Autismo, Educação

¹Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Jaru. E-mail:

²Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Jaru. E-mail: secylaniajesus@gmail.com

³Doutor em Administração e Professor do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Jaru, E-mail: iveltyma.ibiapina@ifro.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A síndrome do Transtorno Espectro Autista, ou Autismo é caracterizada por dificuldades na comunicação, socialização e por comportamento repetitivos ou restritos. A incidência de casos tem crescido em vários países, o que denota um problema social independente de ordem econômica e cultural (NASCIMENTO; CRUZ, 2015). Nos últimos anos, várias discussões no campo da educação intensificam a preocupação sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA (ALMEIDA; BOINH; HEBER, 2016).

No Brasil, o governo criou políticas e diretrizes que proporcionaram as condições de acesso aos espaços e aos recursos pedagógicos necessários à inclusão. Além disso, viabilizavam ferramentas que apoiam os profissionais na atuação e na compreensão da inclusão escolar, bem como no processo de organização da aprendizagem com vistas à valorização das diferenças, de forma a atender às necessidades educacionais dos alunos. Tais políticas incentivam a formação de professores para o atendimento especializado das crianças com deficiência, além de programas de incentivo da participação da família e das comunidades na escola (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013).

No entanto, estudos apontam que, mesmo com o incentivo do governo, há muitas dificuldades para a efetivação da inclusão escolar (ÁVILA; TACHIBANA; VAISBERG, 2008; RODRIGUES; MOREIRA; LERNER, 2012). Tais dificuldades refletem a necessidade de formação qualificada e de apoio técnico no trabalho com os alunos, no entendimento do professor sobre a inclusão, devido às mudanças no cotidiano do seu trabalho, e, principalmente, no processo de ensino, que ainda está associado ao formato tradicional (ensinar-aprender), vinculado às premissas de ajuste ou correção do indivíduo, modelo que não viabiliza o processo de inclusão (ROSA, 2008; MONTEIRO; MANZINI, 2008).

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo discutir as principais dificuldades enfrentadas na Educação Especial com foco no Autismo e no TEA, destacando os entraves presentes na educação infantil, as demandas por adaptações pedagógicas e ambientais, bem como a necessidade de formação continuada dos profissionais envolvidos. Ao abordar esses elementos, busca-se contribuir para a ampliação do debate sobre práticas inclusivas e para a construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, o presente estudo trata-se de um ensaio teórico de natureza bibliográfica, elaborado com o propósito de fundamentar a discussão a partir de autores que abordam a Educação Especial e o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa abordagem teórica permite analisar conceitos, desafios e perspectivas relacionados ao processo de inclusão, sem recorrer à investigação empírica, mas sim à reflexão crítica sustentada em produções científicas já consolidadas. A escolha desse formato visa oferecer uma compreensão aprofundada do tema, destacando as dificuldades enfrentadas no contexto educacional e contribuindo para o debate sobre práticas pedagógicas inclusivas e estratégias de apoio aos estudantes com TEA.

O ensino escolar para os portadores do TEA representa um desafio contemporâneo para os educadores e familiares, uma vez que as alterações neuropsiquiátricas afetam as áreas de comunicação e comportamentos restritos e repetitivos (ALMEIDA; FELIZARDO, 2015). Segundo Balestro et al. (2012) o comportamento surge isolamento autístico, evidenciado também por Leo Kanner, em 1943, no artigo Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo, quando fez a primeira definição sobre o espectro autista, relatando que se tratava de um distúrbio inato desde o início da vida (GUARESCHI; ALVES; NAUJORKS, 2016)

No que concerne à educação de pessoas com TEA, BOSA (2006) destaca que “promover educação formal a partir dos dois aos quatro anos, aliada à integração de todos os profissionais envolvidos” facilita o desenvolvimento das crianças com TEA. Evidencia a importância dessas crianças estarem incluídas desde a Educação Infantil, espaço de desenvolvimento integral da criança, de brincar, imaginar, questionar e aprender através da interação entre crianças da mesma faixa etária, podendo a partir de práticas pedagógicas inclusivas, favorecer a comunicação, a interação social e a aprendizagem de modo geral.

Diante da diversidade e da proposta educacional na perspectiva de uma educação inclusiva (MEC/2008), são garantidos aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, não só o acesso ao ensino regular, mas uma inclusão plena, com direito a aprendizagem e um ensino que pode ir desde a educação infantil até o ensino superior. O paradigma inclusivo reflete diretamente na prática pedagógica dos professores que necessitam pensar na inclusão e diversidade, observando as peculiaridades de cada indivíduo, buscando vários recursos e abordagens pedagógicas para educar. “Uma sala inclusiva está preparada para receber o educando

típico ou com necessidades educacionais especiais. Por isso os materiais de desenvolvimento pedagógico devem possuir propriedade que atendam a diversidade discente.” (CUNHA, 2013, p.31.).

A pessoa com TEA apresenta várias limitações dentre elas comprometimento na comunicação, dificuldade na interação social e atividades restritas e repetitivas (uma forma rígida de pensar estereotipada). A professora para trabalhar com o estudante com TEA, primeiro deve o observar e conhecer seu educando antes de adaptar as atividades e conteúdo para sala de aula e mediar quando for necessária cada atividade ou situação didática, descobrir suas habilidades e quais precisam ser alcançadas, avaliar os recursos utilizados no ambiente de acordo com as especificidades da criança com TEA. Buscando práticas pedagógicas que ajudaram no desenvolvimento da aprendizagem, procurando atividades que não dure muito tempo e nunca punir o erro, pois nesse processo: “Haverá conquistas e erros, muitas vezes mais erros que conquistas, mas o trabalho jamais será em vão” (CUNHA, 2012, p. 30).

Com isso observa-se a intencionalidade, objetivos, nessa modalidade de ensino em desenvolver em seus educandos os objetivos propostos e ao se propor prática diversificada, nessa interação pedagógica abre uma grande oportunidade de desenvolver as potencialidades de cada indivíduo, “(.. .) a construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e a solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do autoconceito estável e positivo, a comunicação e a expressão em todas as formas, particularmente ao nível da linguagem”. (KRAMER, 2009, p. 37).

Para desenvolver essas metas e os objetivos da Educação Infantil com as crianças com TEA é necessário um olhar atento para esse indivíduo. Ele tem uma forma peculiar de ver o mundo, de se aperceber a detalhes que comumente não perceberíamos. Alguns estudos realizados pela Neurociência, como destaca MATTOS e NUEBERG (2011), defendem que em geral as pessoas com TEA têm alterações cerebrais nas atividades dos neurônios-espelho, responsável pela percepção, empatia, compreensão das interações e linguagem, dificultando a sua comunicação e a interação social, pois ao não conseguir expressar suas vontades a pessoa com TEA poderá apresentar comportamentos de irritabilidade, podendo até apresentar comportamento agressivo.

A inclusão escolar é definida por Smelter, Rasch&Yudewitz (1994, p.35) como a prática de “[...] inserir os estudantes da educação especial nas classes comuns do ensino

regular, levando com elas os suportes que precisam, mais do que as tirando para os serviços de apoio”. Ou seja, para que essa inclusão aconteça a escola precisa fornecer todo o suporte necessário para que esse estudante se sinta incluído.

Para Ferreira e Guimarães (2003) a inclusão não se limita apenas a alunos com deficiência, mas sim a qualquer aluno que possua alguma dificuldade na escola, impondo assim uma mudança de perspectiva educacional. A inclusão tem como meta deixar todos os alunos dentro do sistema escolar e que esse sistema se adéque às especificidades de todos os alunos.

Como declara Mantoan, “O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõe. Quando se retiram pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico”. (1998).

2 O AUTISMO

O Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) retrata-se numa condição relacionado ao neurodesenvolvimento que afeta o contexto e a interatividade social, a comunicação, comportamento e a educação, pelas características nas dificuldades em ações diárias envolvendo a comunicação a interação social, com restrições no comportamento repetitivos e restrições desse público, em determinadas situações, a sensibilidade nos estímulos sensoriais, e tem como a abordagem nas características como: a) comunicação e interação social referente nas dificuldades nas interações e convívios sociais, com a dificuldade pelo contato visual, demonstrar e expressar emoções; b) comportamentos e movimentos repetitivos, que são interesses ou atividades repetitivas, como manias, apego excessivo a rotinas ou uso repetitivo de linguagem, c) sensibilidade sensorial que detêm as Respostas atípicas a estímulos sensoriais (luzes, sons, texturas) que podem ser hipo (reduzidas) ou hiper (aumentadas). Neste contexto reúne desordens do desenvolvimento neurológico presentes desde o nascimento ou começo da infância.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (referência mundial de critérios para diagnósticos), pessoas dentro do espectro podem apresentar déficit na comunicação social ou interação social (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais. Todos os pacientes com autismo partilham estas dificuldades, mas cada

um deles será afetado em intensidades diferentes, resultando em situações bem particulares. Apesar de ainda ser chamado de autismo infantil, pelo diagnóstico ser comum em crianças e até bebês, os transtornos são **condições permanentes** que acompanham a pessoa por todas as etapas da vida.

O diagnóstico para o autismo detém uma classificação em três níveis baseado na necessidade de suporte para a pessoa que obtém o autismo:

- Nível 1 (leve): Necessidade de suporte mínimo.
- Nível 2 (moderado): Necessidade de apoio para realizar atividades diárias.
- Nível 3 (severo): Necessidade de apoio significativo em tarefas diárias e na aquisição de habilidades importantes.

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Esse fato ocorre os primeiros sinais nas condições de alerta no processo neurodesenvolvimento da criança pode ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade. A prevalência é maior no sexo masculino. A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de TEA e encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral.

De acordo com Marinho e Merkle (2009) a definição do Autismo teve início na primeira descrição dada por Leo Kanner, em 1943, no artigo intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo (Autisticdisturbancesofdisturbancesofaffectivecontact), na revista *NervousChildren*, n. 2, p. 217-250. Marinho e Merkle (2009, p. 6.086) relatam:

Kanner (1943) ressalta que o sintoma fundamental, “o isolamento autístico”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de “autistas”

O termo autismo é oriundo do grego e significa “voltado para si mesmo”. Foi usado pelo pesquisador e psiquiatra Plouller em 1906, que na época estudava o processo de pensamentos de pacientes com esquizofrenia. Posteriormente, o psiquiatra suíço Eugen

Bleuler usou para descrever sintomas de isolamento exacerbado por parte dos indivíduos tratado como esquizofrenia (MARTINS, 2007). Os estudos foram aprimorados quando Kanner em suas pesquisas publicadas. O espectro do autismo envolve várias síndromes e transtornos. As crianças são diagnosticadas no início da infância, ao perceber atraso da fala, pouco ou ausência de entrosamento com crianças e até mesmo com os pais e familiares (MAZZOTA, 2009).

O autismo é uma condição de saúde caracterizada por déficit na interação social do sujeito, afetando a comunicação e comportamento. No entanto são vários subtipos dos transtornos. Por isso usa o termo "espectro" pelos vários níveis de comprometimentos, o qual a pessoas com condições associadas (comorbidades) como deficiência intelectual, até pessoas independentes, que levam uma vida comum na sociedade. Em algumas nem sabem que são autistas pois jamais tiveram diagnósticos ou laudos a respeito da síndrome. Mas não é conhecida completamente a causa do autismo, por ser um transtorno multifatorial, porém estudos recentes têm demonstrado que fatores genéricos são os mais importantes na determinação de suas causas (estimados entre 70% a 90% ligados a mais de mil genes), além de fatores ambientais, genéticos ainda controversos, podem estar associados. (REVISTA AUTISMO, 2019, p.11) Os sinais do Autismo podem aparecer a partir de um ano e meio de idade, sendo até mesmo antes em casos mais graves. O tratamento para o Autismo é personalizado e interdisciplinar, além da psicologia, fonoaudióloga, terapia ocupacional, entre outros, conforme as necessidades do Autista.

Nos últimos anos, pesquisas têm apontado o aumento de crianças sendo diagnosticadas com o transtorno do espectro do autismo. Segundo historiadores, no final do século XV, surgia na ciência à busca da razão para explicar as deficiências, que até então eram consideradas males físicos, hereditários ou doenças mentais. No decorrer dos anos pode-se notar que a sociedade começou a olhar a deficiência com outros olhos, passando a se tornar mais humanos (GARCIA, 2011)

A síndrome do Transtorno Espectro Autista, ou Autismo é caracterizada por dificuldades na comunicação, socialização e por comportamento repetitivos ou restritos. A incidência de casos tem crescido em vários países, o que denota um problema social independente de ordem econômica e cultural (NASCIMENTO; CRUZ, 2015). Nos últimos anos, várias discussões no campo da educação intensificam a preocupação sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA (ALMEIDA; BOINH; HEBER, 2016).

O ensino escolar para os portadores do TEA representa um desafio contemporâneo para os educadores e familiares, uma vez que as alterações neuropsiquiátricas afetam as áreas de comunicação e comportamentos restritos e repetitivos (ALMEIDA; FELIZARDO, 2015). Segundo Balestro et al. (2012) o comportamento surge isolamento autístico, evidenciado também por Leo Kanner, em 1943, no artigo Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo, quando fez a primeira definição sobre o espectro autista, relatando que se tratava de um distúrbio inato desde o início da vida (GUARESCHI; ALVES; NAUJORKS, 2016).

De acordo com a APA (2013), O indivíduo com TEA apresenta desenvolvimento comprometido, anormal da inserção social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses com atrasos na social, linguagem, o que dificulta o aprendizado e interação (BENITEZ et al. 2017). O professor necessita ter conhecimento sobre as características de cada aluno com TEA para a construção das aulas e sua inclusão na turma. Neste sentido, em defesa da efetivação da inclusão escolar e busca pelo referido apoio nas escolas públicas e privadas, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura em artigos de periódicos científicos indexados sobre a inclusão de crianças com TEA, destacando o período nos últimos dez anos, como forma de reunir informações a serem acrescidas para futuros estudos.

Mercadante et al. (2007) relata que o autismo é um transtorno do desenvolvimento que se manifesta de maneira gradativamente por toda a vida, e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Sua classificação determina 6 grupos e configura uma síndrome que apresenta várias denominações, entre elas: TGD (transtorno global do desenvolvimento), TID (transtorno invasivo do desenvolvimento) e TEA (transtorno do espectro autista).

Conforme a portaria da Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, a pessoa com transtorno do espectro do autismo (TEA) passa a ser considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. As “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo”, assim como o livreto “Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS (BRASIL, 2013)

3 INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O processo da inclusão escolar na etapa da Educação Infantil no contexto do sistema educacional também conhecida como Educação Inclusiva que se refere um processo e etapa

que garante que todas os alunos e alunas, independentemente das suas características educacionais, incluir na participação das atividades em um ambiente escolar que celebra a diversidade e habilidades educacionais e intelectuais, isso envolve a remoção de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, promovendo o respeito às diferenças e o desenvolvimento de habilidades de todos os alunos desde cedo.

Práticas como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o uso de recursos de acessibilidade são fundamentais para criar um ambiente acolhedor e equitativo, que tem como principais objetivos no contexto da educação inclusiva que são: a)Direito a educação - A garantia para todas as crianças ao acesso ao conhecimento, que incluem aquelas com deficiência, e com educação de qualidade; b)Valorização e Diversidade - celebra as singularidades de cada criança, como aspectos étnico-raciais, culturais, sociais, linguísticos. E esse processo da inclusão no processo escolar tem a funcionalidade numa abordagem numa remoção de barreiras que identifica, reduzir e eliminar obstáculos físicos, pedagógicos e comunicacionais para garantir a participação de todos, e a elaboração e execução de atividades lúdica que utiliza brincadeiras educativas o brincar como ferramenta principal de aprendizado, incluindo brincadeiras sensoriais e atividades coletivas.

No século XX, o número de creches e Jardim começa a crescer, regulamentado a mão de obra feminina as próprias empresas, precisaram montar creches para atender os filhos de funcionárias enquanto elas estivessem trabalhando. E quem frequentava as creches eram crianças com a situação econômica menos favorável, enquanto a classe alta ocupava os jardins de infância (DECHINI; FERREIRA; SILVA, 2013).Para Santos e Lopes (2021) a educação inclusiva “diz respeito a todos os alunos, com ou sem deficiência, e uma concepção de ensino que pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, sejam elas acadêmicas, comportamentais ou emocionais” (SANTOS; LOPES, 2021, p. 18). Dessa forma, para que ocorra a inclusão é necessário que se olhe o aluno com deficiência como um todo, valorizando suas reais necessidades e suas limitações, ou seja, que priorize o estudante enquanto pessoa, permitindo que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, permanência e aproveitamento no espaço educacional.

A educação infantil é a etapa inicial de aprendizagem das crianças e a integração e socialização são essenciais nesta primeira etapa. Sendo assim, é importante comprometer-se com a inclusão na educação infantil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) elenca que na educação infantil todas as crianças, com ou sem deficiência, têm direito de acesso e

permanência da escola, ela aponta seis direitos das crianças que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Segundo Dutra (2014) a inclusão “não consiste apenas em matricular alunos com deficiência nas escolas, ignorando suas peculiaridades.

Ou seja, colocar alunos na sala de aula e esquecer que entre eles há crianças carentes de uma atenção especial” (DUTRA, 2014, p. 22). Para a autora, “cabe à escola adotar um perfil de acolhida e apoio simultâneos, pois tanto o professor quanto o aluno precisam de tal suporte necessário à ação pedagógica; assim, com esse apoio, efetiva-se uma aprendizagem de sucesso” (DUTRA, 2014, p. 22)

Jones (2005) ressalta a importância de ouvir as contribuições que as crianças podem dar para o desenvolvimento de processos inclusivos. Além disso, enfatiza a necessidade de que todas as crianças aprendam a reconhecer os pontos fortes e as possíveis contribuições das crianças com deficiência nos processos grupais, e não apenas de ajudá-las em suas dificuldades. O conhecimento sobre a aceitação e a credibilidade dos alunos normais a respeito dos alunos com deficiência e outras necessidades especiais é fundamental para o sucesso do processo de inclusão escolar (Carpenter, 2005; Sekkel, 2003; Tessaro, Waricoda, Rosa, & Bolonheis, 2005).

Estudos como o de Tessaro e cols. (2005, p.113), segundo os quais “a maioria dos alunos sem necessidades especiais é favorável à inclusão escolar e possuem sentimentos positivos em relação a esse processo”, mostram, por exemplo, que é importante indagar se as respostas dos alunos aos questionários expressam a atitude deles em relação aos alunos com deficiência ou se suas falas apenas reproduzem um discurso oficial e respondem ao que se espera deles.

De acordo com Silva (2015) “a inclusão não se limita apenas no processo de integrar a criança no ensino regular, mas também na comunidade, na família e na sociedade em geral (SILVA, 2015, p. 14). Consoante a autora, “a proposta da Educação Inclusiva é que toda a criança com deficiência deve ser educada junto às outras crianças, independentemente de suas dificuldades e necessidades educacionais, devendo receber todo o apoio educacional necessário” (SILVA, 2015, p. 14).

O Decreto nº 7.611/2011, Art. 5, § 3º afirma que “as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011, p. 02). Nas salas multifuncionais são oferecidas o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve

ser realizado na escola em que o aluno estuda, ou, caso desta não disponibilizar esse serviço, em outra instituição, sempre no turno contrário ao da escolarização regular. Segundo Barreto (2021), “as salas multifuncionais têm como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de oferecer acessibilidade e a participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BARRETO, 2021, p. 51).

4INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão de crianças com autismo na fase da Educação Infantil durante o processo educacional e escolar é um momento crucial e complexo para o desenvolvimento social, cultural, intelectual, cognitivo e educacional, e juntamente e formalizar a organização e criação de ambiente agradável e acolhedor, e realizar numa conjunta ações e práticas pedagógicas entre família, escola e terapeutas, essa ações contendo estratégias e a utilização de ferramentas educacionais e pedagógicas como rotina previsível, e com apoio visual e adaptações pedagógicas são fundamentais, assim como o reconhecimento das habilidades individuais de cada criança, e com abordagem estratégicas educacionais e na formação do ambiente obter os seguintes contextos na rotina e previsibilidade que seja numa forma clara e use elementos visuais para ajudar a criança a entender o que vai acontecer, reduzindo a ansiedade gerada por mudanças, o apoio visual,que utilize os Utilize recursos como imagens, quadros de comunicação ou agendas visuais para auxiliar na compreensão das atividades e na comunicação, e a adaptação para evitar estímulos sensoriais excessivos, como sons altos ou iluminação forte, respeitando as sensibilidades individuais.

Com esse processo inclusivo será necessário a participação dos atores educacionais como, pais, educadores e profissionais da saúde realizar ações e parcerias que manter e desenvolver a uma comunicação aberta e constante entre pais, professores e profissionais que acompanham a criança para alinhar estratégias e informações, a formação e a preparação profissional envolvendo a capacitação de profissionais da educação para identificar as necessidades específicas do aluno e adaptar sua abordagem pedagógica, promovendo o desenvolvimento em todas as áreas, e a participação e a colaboração da turmaque possam compreender e participar com o colega com autismo, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos.

Os autores ainda ressaltam que a proposição política naquele momento para todo o campo educacional, tinha como princípios a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade.

De acordo com Gomes (2010, p. 31) nessa época, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocasião em que foram estabelecidas prioridades para a Educação nos países de terceiro mundo. Segundo Hypolitto (2002, p. 64), na conferência mundial de educação para todos de Jontiem (1990), foram discutidas as necessidades básicas de aprendizagem. O eixo do debate educacional do Terceiro Mundo deixou de ser a alfabetização para se concentrar na universalização da educação básica. No que se refere à educação especial, destaca que é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. Entretanto, a Constituição Federal de 1988, traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988), além de prescrever em seus dispositivos que a educação é um direito fundamental.

No Brasil, o governo criou políticas e diretrizes que proporcionaram as condições de acesso aos espaços e aos recursos pedagógicos necessários à inclusão. Vários recursos pedagógicos foram adaptados para facilitar o aprendizado dos alunos com necessidades especiais, entre eles quebra-cabeça, jogos de numerais em madeira, recursos visuais entre outros de fácil execução e podem favorecer o desempenho das atividades propostas; e outros recursos que o professor pode criar, a partir das necessidades dos estudantes (ALVES; SOUZA; NEVES, 2015). Tais políticas incentivam a formação de professores para o atendimento especializado das crianças com deficiência, além de programas de incentivo da participação da família e das comunidades na escola (BRASIL, 2013).

A Declaração de Salamanca também instrui que a criança com deficiência só deverá frequentar classes especiais nos casos em que haja grande necessidade de acompanhamento que favoreça o seu bem-estar. Em se tratando da inclusão na Educação Infantil, temos ainda no PNEI (p. 19) que, em dois de seus objetivos, apresenta como deve ser o atendimento a essa criança:

- Garantir o acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil
- Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais adequadas e a diversidade cultural.

Para López Melero (2008), estudar a Educação Inclusiva “é um processo para aprender a viver com as diferenças das pessoas, embora a pessoa com deficiência, considerada sob o entendimento da incapacidade e da improdutividade, nos dias atuais, seja naturalmente excluída pelo estigma social que foi adquirido no decorrer da história”. No caso da Educação Infantil, nesse período inicia-se o desenvolvimento real de seus potenciais.

Podemos verificar então que a inclusão escolar é um assunto em grande discussão atualmente devido ao aumento de crianças com alguma dificuldade ingressarem na escola regular. E para essa inclusão é importante saber se realmente esses alunos estão tendo acesso ao currículo, se estão se socializando na direção desejável e se são socialmente aceitos na escola (VILARONGA E MENDES, 2014). Segundo Stainback&Stainback (1999) “O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”

Leis e políticas públicas já existem no Brasil com a intencionalidade de inclusão dos alunos com autismo no ensino regular, como na própria Constituição Federal, 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Estas leis redigem sobre o acesso pela matrícula, a permanência e a qualidade pelas práticas pedagógicas diferenciadas. A partir da década de 1990 intensificam-se as ações em defesa de uma educação inclusiva e além das leis já citadas, encontramos a Lei nº 10.172/2001, o Decreto 3.956/2001, a Resolução CNE/CP nº1/2002, a Lei nº 10.439/2002, o Decreto nº 5.296/2004, Decreto nº 5.626/2005, o Decreto nº 6.094/2007 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SECADI, 2008).

De acordo com Brasil (2010), a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Dessa forma, quando crianças com algum tipo de deficiência chegam às instituições de ensino devem encontrar materiais adaptados se preciso, professores auxiliares, oportunidade de participação para que seu potencial seja desenvolvido, condições adequadas de estudos e que este seja recebido como qualquer outra pessoa. De acordo com Brasil (2010, p. 12):

Em 1999 o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853-89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação

especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

A chegada da criança com autismo na escola regular gera grande preocupação tanto por parte da família quanto da escola. Nesse momento a família e os profissionais da educação se questionam sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações. Para as autoras, Brande e Zanfelize (2012, p. 44), receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas. Entretanto, isso não é tarefa fácil, pois segundo Scardua (2008, p. 2), para que haja inclusão escolar, é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos, ou seja, alunos, professores, pais, comunidade, diretor, enfim, todos que participem da vida escolar de forma direta ou indireta.

De acordo com Suplino (2009, p. 2), “para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade”. Dessa forma, é essencial focar nos potenciais de cada aluno, é necessário que o educador transmita confiança e segurança para este, para que ele aprenda de forma significativa. Além disso, “para que haja esse ensino de qualidade é necessário currículo apropriado de modo que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros” (MENDES, 2002 apud BRANDE; ZANFELICE, 2012, p. 44).

5 AS DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL SOBRE O AUTISMO

O Autismo ou o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento. Mas não existe uma forma única de ser autista: cada pessoa tem suas próprias singularidades, habilidades e desafios. E no sistema educacional propõem as dificuldades da educação especial sobre o autismo incluem a falta de formação e preparo dos professores, a escassez de profissionais de apoio e infraestrutura adequada, o preconceito, a falta de uma comunicação eficaz e os desafios comportamentais dos alunos, como a inflexibilidade e a dificuldade de socialização.

Além disso, há obstáculos no acesso a diagnósticos e tratamentos e a necessidade de uma perspectiva mais inclusiva por parte dos gestores escolares. A educação inclusiva é uma prática educacional que busca acolher as crianças com autismo, neurotípicas e neuroatípicas

que possuem dificuldade na alfabetização, atingindo o desenvolvimento intelectual. A função da educação inclusiva é tornar acessível todo conteúdo trabalhado em sala de aula. Geralmente, os alunos precisam de um apoio constante durante as aulas, seja através do material didático adaptado, ou de um professor de educação inclusiva que acompanhe a criança, além do docente da sala de aula.

A educação especial é tratada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nos artigos 58, 59 e 60, com o Art. 58 definindo-a como a modalidade de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. A LDB define a educação especial como a modalidade de ensino preferencialmente ofertada na rede regular para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ela é transversal e abrange todos os níveis e etapas de ensino, oferecida através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) quando necessário e com a garantia de currículos, métodos e recursos específicos para as necessidades dos alunos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o direito à educação especial e inclusiva para crianças e adolescentes com deficiência, assegurando o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. A legislação, em conjunto com a Lei Brasileira de Inclusão e outras normativas, estabelece que a educação especial é um direito e um dever do Estado, devendo ser oferecida de forma a complementar e apoiar o processo de escolarização, garantindo recursos e serviços que visem a inclusão plena.

Mesmo com amparo jurídico e legal que garante ao acesso à educação pela Educação Especial voltado ao Autismo, as pessoas envolvidas relatam e questionar as dificuldades pedagógicas e formação, infraestrutura, apoio, socialização e integração nesse processo e desenvolvimento educacional para ao público da Educação Especial, e pontuar numa forma relevante os obstáculos que dificultam o processo educacional para autista, que são:

- a) Formação docente: A principal dificuldade apontada é a falta de formação inicial e continuada dos professores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- b) Recursos e suporte: Há uma carência de profissionais de apoio especializado, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, essenciais para o acompanhamento.

c)Estrutura física: A falta de salas de recursos multifuncionais (SRM) e a superlotação das salas de aula dificultam a oferta de um ensino adaptado às necessidades do aluno.

d)Interação social: A socialização com os colegas é um desafio sério, influenciada pelas características do autismo e pela inflexibilidade comportamental.

No Brasil, o atendimento igualitário às demandas educacionais individuais das crianças está legalmente previsto na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI nº 8.069, ECA, 1990) que, em seu artigo 54, parágrafo III, exige a garantia do “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Entretanto, apesar de amplamente discutida no contexto brasileiro, a questão da inclusão vinha mobilizando discretas ações das políticas públicas em relação à concretização dessa proposta de educação (BAPTISTA; VASQUES; RUBLESCKI, 2003). Por essa razão, e sob a égide dos princípios da educação inclusiva, foi elaborada e publicada a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008). Essa política tem a função de substituir o caráter condicional das leis brasileiras que impediram o avanço da inclusão no país, reforçando os direitos a uma educação inclusiva legalmente prevista e até então não consolidada (ALMEIDA, 2008)

Conforme Belisário, Cunha e Mata (2010) é grande o impacto nos profissionais da educação que recebem estes alunos na escola quando se deparam com suas reações, pois ainda estão diante de uma experiência nova. Face a essa novidade, muitos professores relatam sentirem-se despreparados para atender essa demanda na inclusão, gerando uma sobrecarga de estresse (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2002; CAMARGO; BOSA, 2009; JORDAN, 2005).

Este “despreparo docente” para lidar com o autismo aponta para uma falta de conhecimento a esse respeito, que impede os professores de identificar corretamente as necessidades de seus alunos. Isso gera ideias distorcidas sobre as possibilidades de educação dessas crianças e a dificuldade de lidar com seus problemas de comportamento (BAPTISTA, VASQUEZ, RUBLESCKI, 2003).

Nesse sentido o sujeito é visto pelo professor somente sob o ângulo de suas limitações, conseqüentemente comprometendo a prática pedagógica a ser desenvolvida com estes alunos. De fato, Goldberg, Pinheiro e Bosa (2005) mostram que os temores dos professores diante da inclusão de pessoas com autismo podem levar à adoção de estratégias em sala de aula que visam dominar a ansiedade e o estresse dos professores mais do que configurar uma prática pedagógica que atenda as reais necessidades do aluno.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teórico teve como objetivo discutir as principais dificuldades enfrentadas pela Educação Especial, com foco no Autismo e no Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando desafios pedagógicos, estruturais e formativos que permeiam o processo de inclusão escolar. A partir da literatura consultada, foi possível compreender que a inclusão de estudantes autistas exige uma articulação entre práticas pedagógicas adaptadas, formação docente qualificada, participação da família e suporte institucional contínuo. Esses elementos são fundamentais para garantir o desenvolvimento integral da criança, respeitando seu ritmo, suas características individuais e promovendo a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

O processo de inclusão de crianças na Educação Especial sobre o Autismo na etapa da Educação Infantil tem um cenário desafiadora pelas dificuldades que são encontradas como obstáculos para os envolvidos com esse público, principalmente pela falta de preparo dos profissionais, que não recebem formação adequada, e pela ausência de estrutura nas escolas para atender às necessidades específicas dessas crianças. Essas dificuldades resultam em barreiras para o desenvolvimento dos alunos, falta de acompanhamento adequado, e até mesmo evasão escolar, impactando o processo de aprendizagem e a permanência na escola. A dificuldade de comunicação e interação social, características do autismo, nem sempre é compreendida, o que pode levar à exclusão.

A falta de estrutura e de preparo resulta em um acesso desigual a uma educação de qualidade, já que o processo de escolarização de crianças com autismo muitas vezes não é concluído, como mostra a alta taxa de evasão. A ausência de uma abordagem pedagógica adequada pode limitar o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas, comprometendo o potencial da criança.

Ademais, observou-se que, embora existam avanços legais e teóricos que sustentam a inclusão, persistem barreiras significativas no cotidiano escolar, como a insuficiente capacitação dos profissionais, a escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos, as dificuldades de comunicação e interação social das crianças com TEA, além da necessidade de maior articulação entre escola, família e equipe multiprofissional. A superação desses desafios passa pela adoção de estratégias específicas, pelo uso de recursos de apoio

adequados, pela flexibilização curricular e pela promoção de práticas que valorizem a diversidade e assegurem a participação ativa do estudante no processo de aprendizagem.

Por fim, destaca-se que este estudo, por ser de natureza bibliográfica e teórica, apresenta limitações inerentes à ausência de coleta de dados empíricos e à dependência de fontes secundárias disponíveis. Recomenda-se que pesquisas futuras incluam estudos de caso, investigações de campo e análises comparativas entre diferentes contextos escolares, permitindo aprofundar a compreensão sobre as práticas inclusivas e identificar estratégias mais eficazes para a inclusão de estudantes com TEA na educação básica. Esses caminhos podem contribuir para o aperfeiçoamento das políticas educacionais e para o fortalecimento de práticas pedagógicas realmente transformadoras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. **Autismo e educação: o processo inclusivo de aluno autista nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Pitágoras, Ipatinga, 2020.

APORTA, A.; LACERDA, C. B. F. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no Ensino Fundamental I. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 45-58, 2018.

AUTISMO E REALIDADE. O que é o autismo? Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BATTISTI, A. V.; HECK, G. M. P. **Inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015.

BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26190105>. Acesso em: 28 jul. 2008.

BELISÁRIO JÚNIOR, J. F.; CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Desafios e perspectivas da inclusão escolar na educação infantil**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/30/desafios-e-perspectivas-da-inclusao-escolar-na-educacao-infantil>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

EQUIPE EDITORIAL DE CONCEITO.DE. **Conceito de inclusão escolar**. 2011. Atualizado em 2019. Disponível em: <https://conceito.de/inclusao-escolar>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FARIA, K. T. et al. Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 353-370, 2018.

GAIATO, M. *S.O.S Autismo*: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. 3. ed. São Paulo: Versos, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

GODOI, L. I. F.; CIRINO, R. M. B. Inclusão do TEA (Transtorno do Espectro Autista) no ensino fundamental anos iniciais: limites e possibilidades. **Fac. Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 5, p. 6-27, 2021. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/index>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ORRÚ, E. S. **Autismo**: o que os pais devem saber? 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PERIN, J. A. **Inclusão de crianças autistas na educação infantil**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/493/1/PERIN.PDF>. Acesso em: 23 maio 2023.

ROPOLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA FILHO, R. B.; BARBOSA, E. S. C. Educação especial: da prática pedagógica à perspectiva da inclusão. **Educação por Escrito**, v. 6, n. 2, p. 353–368, 2015.